

Parte III - Do bandido social ao crime organizado

Paco: um bandido social da Serra gaúcha

Márcia Londero

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LONDERO, M. Paco: um bandido social da Serra gaúcha. In: SANTOS, JVT., TEIXEIRA, NA., and RUSSO, M., orgs. *Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais*[online]. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011. Cenários do conhecimento series, pp. 151-171. ISBN 978-85-386-0386-3. Available from: doi: [10.7476/9788538603863](https://doi.org/10.7476/9788538603863). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yccrp/epub/santos-9788538603863.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Parte III
Do bandido social ao
crime organizado

Paco: um bandido social da Serra gaúcha

Márcia Londero*

Podemos começar introduzindo o conceito de banditismo social elaborado por Eric Hobsbawm (1976) definindo-o, classicamente, como um fenômeno social de reação às situações de exploração, opressão e miséria vividas por uma comunidade camponesa.

No entanto, revisionistas desse conceito como Anton Block, Gilbert M. Joseph, Richard W. Slatta e Billy J. Chandler, entre outros, criticam principalmente a generalização demasiada que Hobsbawm faz na análise dos bandidos e as fontes utilizadas pelo autor, as chamadas fontes populares, baseadas principalmente em literatura de cordel, romances e reportagens de jornais, utilizando-se muito pouco dos documentos oficiais, como fontes históricas. Essas críticas não invalidam a utilização do conceito na análise do fenômeno social. Se, por um lado, as fontes documentais têm mais precisão em datas e fatos objetivos, a subjetividade das relações sociais não é comportada nessas fontes.

O período de atuação de Paco corresponde à mesma fase de desenvolvimento capitalista no Brasil, apontada por Hobsbawm na Europa Ocidental. Paco atua como bandoleiro principalmente de 1912 a 1930, espaço de tempo em que, no Brasil, consolidava-se uma nova fase com o advento da República. Esta era a fase em que o Rio Grande do Sul, dentro do quadro conjuntural brasileiro, iniciava um investimento, principalmente por parte do estado, na modernização e na capitalização do mesmo.

Todo esse processo de modernização em que está inserido o RS a partir do séc. XIX propicia o aparecimento de manifestações sociais de todo tipo. A historiografia gaúcha registra muito mais as manifestações urbanas; no entanto, sabemos que a zona rural era também bastante turbulenta naquela época. Exemplo bem claro disso foram os movimentos camponeses existentes nos estados do sul do país, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; desde 1873, com a revolta dos Mukers, no município de São Leopoldo, região de colonização alemã no RS; em 1902, os Monges do Pinheirinho, no município de Encantado, RS; depois, em 1912, o movimento de Contestado, no interior dos estados do Paraná e Santa Catarina; e, em 1938, o massacre do Fundão, que ocorreu entre os municípios de Sobradinho e Soledade, no RS. Portanto

a história da imigração é também história de conflitos sociais. Esses conflitos nem sempre foram estudados, alguns deles apenas descritos jornalisticamente. Nosso estudo é exatamente sobre uma das manifestações rurais camponesas que consideramos decorrente dessa estrutura, no período da República Velha. O fenômeno a que nos referimos é o surgimento na zona colonial italiana de um personagem chamado Paco.

Paco nasceu na colônia Dona Isabel, atual município de Bento Gonçalves, no ano de 1889. Filho de Francisco Sanches Collados e Antônia Buenazella Foan, espanhóis, residentes na linha Brasil, 5ª Seção da margem esquerda do Rio das Antas. Aí viveu com seus pais e mais quatro irmãos, na serra gaúcha, região ainda pouco povoada, com uma geografia composta de morros cobertos de matos. Terras estas que foram vendidas aos colonos italianos a partir de 1875.

Tomamos como ponto de partida o ano de 1912, ano em que Paco responde a seu primeiro processo criminal. Casando com Maria Fachini, no dia 30 de janeiro de 1911, contra a vontade dos pais da mesma, aproveita a ocasião para roubar o pai da moça, levando consigo a quantia de 400 mil réis em dinheiro¹. Viveu até 1920 com seus pais, pois era o filho homem mais moço e, portanto, ajudava a cuidar do lote de seu pai. Os pais de Paco eram agricultores e, dentre as poucas famílias de espanhóis que se instalaram nessa colônia de italianos, eram respeitados, pois Francisco Sanches Collados, dono de um lote colonial, era Fabriqueiro e Quarteirão local. Essas eram posições importantes na época, pois tinham o reconhecimento da comunidade. Há documentos no Arquivo Público de Bento Gonçalves, livros da Intendência de Registros de Contracto de 1892 e de 1898,² que comprovam que este, tendo vencido a concorrência aberta pela Intendência Municipal, compromete-se em construir trechos de estradas e pontes na região.

No ano de 1910, contavam-se apenas 44 espanhóis entre 3.789 italianos em Bento Gonçalves,³ e este número foi diminuindo com o passar dos anos. Em meio aos colonos italianos, a família de Paco causava estranheza pela maneira como se comportava, pela forma como se vestia e pela educação que possuía. Uma de minhas informantes contou-me que seus pais trabalhavam nas terras de Paco e que ela tinha ouvido da própria esposa de Paco que seus sogros “dormiam nus, sempre nus, inverno e verão”.⁴ Isto já era motivo de espanto para uma comunidade católica.

Com população de 18.744 moradores em Bento Gonçalves em 1910, ainda 11.086 eram analfabetos.⁵ O pai de Paco estava entre os poucos colonos alfabetizados. Nas notícias publicadas por jornais da época sobre os feitos de Paco, referem-se a seus pais com respeito e observações à retidão de seu caráter.⁶ As famílias entrevistadas contaram-me que os pais de Paco eram muito diferentes, vestiam roupas finas, incomuns naquela região. A mãe usava vestidos longos e rendados e um pente de couro de crocodilo nos cabelos. O pai tinha

uma barba comprida, nem um pouco comum aos italianos. Era frequente ouvir, nas entrevistas, que os Sanches tinham um ar de nobreza, tendo possivelmente fugido da corte espanhola para casar-se,⁷ vindo então se refugiar no Brasil. Os Fachini, pais da esposa de Paco, eram italianos, donos de uma bodega (bar) no município vizinho de Alfredo Chaves, atual Veranópolis, e seriam, já em 1912, protagonistas do primeiro processo movido contra Paco. Trata-se do assalto à caixa de dinheiro de seu sogro, José Fachini, na quantia de 525 mil réis.⁸ No dia 26 de outubro de 1912, na madrugada, depois de jogar cartas noite adentro, no armazém de José Fachini e Angela Marini, pais de sua esposa, Paco entra no quarto de dormir de seu sogro e arromba um baú onde estava o dinheiro. No processo, faz sua própria defesa e nega a autoria do crime alegando que o motivo da acusação seria a perseguição do sogro que, desde o início, demonstrava não gostar dele. É então absolvido por unanimidade.

Em 4 de abril de 1914, é pronunciado pelo juiz por crime de ferimentos leves que praticou em 14 de fevereiro de 1914 e condenado, em 14 de maio, a 3 meses de prisão.⁹ No entanto, não se tem registro de quando começa a cumprir sua pena, mas isso acontece na própria delegacia de Alfredo Chaves, o que não era o usual, pois a maioria dos criminosos era enviada a Porto Alegre. Alegando problemas de saúde, não era obrigado a ficar trancado na cela, podendo caminhar livremente pela cadeia. Isso vem a facilitar sua fuga, que acontece no dia sete de dezembro de 1914. Em correspondência da Delegacia de Bento Gonçalves ao chefe de polícia de Porto Alegre, supõe o delegado que Paco teria fugido para a casa do irmão no município de Guaporé, ou de sua irmã nas “vizinhanças da primeira estação ferroviária, além do Uruguay”.¹⁰ Há duas versões para essa fuga. Segundo registros policiais da época:¹¹ Paco aproveita a saída do guarda da noite, que atendendo a um pedido seu, vai buscar vinho no hotel mais próximo de onde era também fornecida a comida do preso. Aproveitando a saída do guarda, Paco se esconde na escuridão. Quando o mesmo volta com o vinho, não encontra Paco em sua cela, mas como isso era comum, vai até o fundo do corredor a fim de verificar se Paco lá está, dando então a oportunidade a ele de escapar. A versão oral conta que Paco fez uma chave de madeira para abrir sua cela.¹² Essa versão não é descartada pela polícia, pois não fica claro se Paco estava fora da cela ou se alcançou o cadeado de sua cela e de alguma maneira o abriu.

Já em 22 de dezembro do mesmo ano, ou seja, 14 dias depois, há outra correspondência do mesmo delegado de polícia de Bento Gonçalves, informando ao chefe de polícia de Porto Alegre que Paco havia se apresentado novamente àquela delegacia.¹³ Segundo meus informantes, teria sido o pai de Paco que o teria levado de volta a cadeia.

Por volta de 1920, Paco, já casado, vem morar em Alfredo Chaves, atual município de Veranópolis, no núcleo colonial chamado Nossa Senhora da Pompeia, linha Parreira Horta, 5ª seção da margem direita do Rio das Antas,

local conhecido como 5ª Magra, pela pobreza da região. Porém, sua fama já era conhecida por toda a redondeza. Contavam, já nesta época, que Paco era senhor de três colônias e possuía muitas amantes e peões. Essa região era formada por uma população de imigrantes, a maioria italiana de Vêneto, chegada ao Brasil por volta de 1875. No ano de 1885, já se tem registro dos primeiros moradores de Alfredo Chaves, perfazendo um total de 788 habitantes. Mas, entre dezembro de 1885 e janeiro de 1886, o número de colonos aumenta para 2.237, sendo a maioria de italianos e poloneses. Dados de um recenseamento do Município de Alfredo Chaves realizado no ano de 1911 registram, de um total de 25.053 habitantes, 5.982 italianos em Alfredo Chaves, deste total não há registro de nenhuma família espanhola.¹⁴

Paco, apesar de espanhol, falava italiano; em telegrama expedido pela polícia de Bento Gonçalves, pode-se comprovar isso, e mais, que Paco falava também espanhol e português fluente.¹⁵ Dentro deste contexto, ele aparece na região, desde o início, como uma pessoa controvertida, diferente das demais e, falando todas essas línguas, levava vantagem frente aos italianos na relação com as autoridades locais, quase todas brasileiras.

Continuavam, no entanto, suas ações ilegais. Em 4 de maio de 1920, tem-se registro de um telegrama do delegado de Bento Gonçalves pedindo ao delegado de Alfredo Chaves que “aplique corretivo” em Paco por, juntamente com “outros”, provocar e agredir a trabalhadores da estrada de ferro.¹⁶ Paco era um exímio jogador e aproveitava a ida dos colonos às bodegas para convidá-los a jogar a dinheiro. Em geral, os colonos perdiam para Paco, ou no “jogo das tampinhas”, ou nos jogos de cartas como o “jogo dos dois Azes”. Nessa região, o acesso da polícia era realmente muito difícil, e as brigadas eram formadas pelos próprios cidadãos da cidade mais próxima. A lei ficava nas mãos de um intendente nomeado pelo governador e este, por sua vez, escolhia quem melhor lhe conviesse para ajudá-lo. Paco, conforme relatos de jornais da época, foi visto muitas vezes andando pela cidade “acompanhando” o intendente da época e foi nomeado, por este, inspetor de quarteirão. Em função disso, sua fama se espalhou, e, em 28 de fevereiro de 1921, uma briga acontece na Casa de Negócio Carlos Mezzomo, na Linha Jacob Ely, em Alfredo Chaves. O colono Ângelo Grigoletto, que aconselhava aos outros colonos a não jogarem com Paco, alegando que o jogo era ilícito. Assim, provoca uma discussão, e Paco atira um copo de vidro no rosto de Ângelo ferindo-o gravemente, sendo então processado por agressão.¹⁷ Há, nesse processo, informações importantes que comprovam a notoriedade atribuída a Paco e a proteção que desfrutava já em 1921. Em depoimentos de várias testemunhas aparece a mesma frase dita por Paco: que ele não tinha medo das autoridades e que “Grigoletto devia saber quem era ele, Paco”.¹⁸ O advogado de defesa de Paco era o melhor da época na região, Antonio Tagliari Filho, formado na Itália, que se empenha na defesa do mesmo, acusando inclusive o delegado de Bento Gonçalves de estar tomando partido na acusação de Paco:

Parece que o delegado de Polícia deste município assumiu, neste processo, o compromisso de acusador particular. Pinta a cores negras o acusado, como sendo o terror de uma população. Adultera o depoimento das testemunhas que arrolou, allega que a quatro de maio do anno p. findo, o delegado de polícia de Bento Gonçalves requisitara-lhe a captura do acusado e 15 dias após, encarrega-se, aponte sua, de desmentir a si próprio, pedindo a juntada do phonograma de fl. 17, no qual o ex-delegado de polícia de Bento Gonçalves não lhe requisita captura alguma, mas pede-lhe, somente que aplique um corretivo ao acusado, o que não é a mesma coisa.¹⁹

E assim segue a defesa que, ao final, consegue, através do pagamento de fiança, que Paco se livre da pena. Esse advogado é o mesmo que, no ano de 1928, ou seja, após as eleições municipais de 1927, nas quais Paco atua como “Fósforo” do Partido Republicano Rio-grandense, o que hoje significaria cabo eleitoral, vai fazer às vezes de promotor na tentativa de condená-lo por testemunho falso.

Em 25 de novembro de 1927, segundo o jornal “Estado do Rio Grande”,²⁰ jornal do Partido Libertador (oposição), Paco participa de forma ativa nas eleições para a intendência do município de Bento Gonçalves:

Nas vésperas das últimas eleições municipais de Bento Gonçalves, sentindo-se o situacionismo bastante fraco para enfrentar o candidato do Partido Libertador, resolveram as altas autoridades daquela comuna, de então, chamar, em seu auxílio, o célebre Paco, pois, só este lhes poderia garantir a vitória nas referidas eleições... (Estado do Rio Grande, p. 5).

Em 9 de maio de 1928, em processo criminal movido em Bento Gonçalves contra um polonês, Paco é acusado de falso testemunho no intuito de ajudar na condenação do réu. Alega o agora promotor, Antônio Tagliari Filho, que o réu Martin Mikolayock seria inimigo de Paco:²¹ Antonio Tagliari Filho, que antes das eleições municipais de 1927 era o defensor de Paco (processo de 1921), agora passa a posição de acusador e trata-o como o “Célebre”²² e “O terror do Rio das Antas”.²³ É importante notar, nesse processo, a presença de uma autoridade como testemunha, Octacílio Vaz, subintendente e delegado de Alfredo Chaves, que testemunha a favor de Paco.

Martin Mikolayock, na argumentação do advogado de defesa, deixa bem claro:

Antes de tudo seja-nos lícito deixar aqui consignado que o presente processo correu atabalhoadamente, deturpando-se a verdade dos fatos, desde as investigações policiais, até a prisão preventiva do apelante, inclusive. Portanto, não é verdade, como acreditou o honrado delegado de polícia (Octacílio Vaz), que o app.te tenha sido preso em flagrante delicto por Francisco Sanches Filho, seu desafecto e que depôs neste processo de má fé, odiosa e falsamente, para conseguir, como conseguiu a sua condenação.²⁴

Em interrogatório feito pelo advogado de defesa de Paco, no processo que decorre da acusação de declarações falsas,²⁵ Octacílio Vaz responde às seguintes questões:

Se Francisco Sanches Filho alguma vez depoz e a testemunha, na qualidade de Delegado verificou ser falso seu depoimento? Respondeu que não. Perg. Se é de domínio público que Francisco Sanches Filho é inimigo de Martins Mikolaiock? Resp. Que nunca ouviu dizer, e nem lhe consta nada disso.²⁶

Pode-se perceber que o delegado de polícia, apesar de não ter visto o crime, confiou nas declarações de Paco e prendeu o polonês em flagrante. O delegado desmente também a acusação de que Paco e o polonês em questão seriam inimigos. Outros detalhes são importantes neste processo, por exemplo, é este é o único processo em que Paco assina seu nome nas declarações. Tanto nos anteriores como nos posteriores ele não o faz. Podemos concluir então, que ele sabia escrever e coincidentemente o faz quando não é ele o réu e sim um acusador no processo, uma autoridade reconhecida como “Inspector de quarteirão”.²⁷ Durante o inquérito, o advogado de Paco acusa a Antônio Tagliari Filho de ter conseguido uma retratação das testemunhas com o objetivo de inocentar seu cliente e de acusar a Paco:

A má vontade do advogado de Martin Mikolaiock, contra Paco ou Francisco Sanches Filho, como é seu verdadeiro nome, evidencia-se de factos do conhecimento particular da população e da frase ‘Célebre’, por ele aplicada contra este em suas rasões. A celebridade de Paco, só pode ser tida por ele como um indivíduo conhecidamente corajoso, mas bastante delicado para quem com ele tratar.²⁸

Esta frase talvez seja a definição oficial mais precisa da ambígua posição de Paco na sociedade local. Um indivíduo corajoso ou o terror da região? O que significaria mais precisamente esta expressão: “bastante delicado para quem com ele sabe tratar?” Em outro momento do processo crime contra o polonês, o advogado Antônio Tagliari Filho, na tentativa de invalidar o depoimento de Paco, faz uma pergunta estranha ao processo, à outra testemunha do crime:

Se a testemunha sabe que Francisco Sanches Filho viveu muito tempo com 3 mulheres, sendo casado com uma, amancebado com uma irmã da própria mulher e vivendo os 3 debaixo do mesmo teto e dormindo os 3 juntos tendo ainda há poucos anos raptado uma menor em Nova Bassano?²⁹

A pergunta foi indeferida pelo juiz por não ter relação com o processo e o advogado de acusação justificou-a para: “demonstrar uma das qualidades que caracterizam Francisco Sanches Filho, que na opinião do advogado inquirente o torna inábil”.³⁰ A questão moral pesava muito entre os italianos e por isso era

um dos pontos fracos de Paco em sua relação com a comunidade. Era muito difícil a população italiana católica aceitar uma situação dessas. Este foi um dos pontos apontados com frequência, pelos meus entrevistados, como causa da traição que Paco sofreu, para que conseguissem matá-lo. Paco era um homem de muitas mulheres e “não respeitava” nem mesmo as casadas.

Ao mesmo tempo, um dos fatores de proximidade de Paco com as autoridades era a língua. Paco falava italiano, espanhol e português fluente, como já foi dito. Já os italianos e poloneses, que eram a maioria da população nessa região, segundo o próprio depoimento do advogado Antônio Tagliari, não falavam português: “quase todas as testemunhas que depuseram neste processo e mesmo o apelante, pouco compreendem e mesmo falam o português”.³¹ Esse era mais um dos fatores que distanciava os colonos da sociedade mais ampla e, portanto, das autoridades oficiais. A possibilidade dos colonos utilizarem Paco para garantir seus direitos e para resolver desavenças internas na comunidade era bem maior do que a de conseguirem ser atendidos pelas autoridades brasileiras. Neste processo de declarações reputadas falsas, Paco ainda consegue ser absolvido.

No dia 12 de janeiro de 1929, Paco vai atuar no município vizinho de Garibaldi, nas eleições para a Intendência, e é denunciado pelos jornais: *O Estado do Rio Grande*, *Diário de Notícias* e *Correio do Povo*, como cabo eleitoral do Partido Republicano Riograndense, pelo maior líder do Partido Libertador, partido da oposição na época, o já citado advogado Antônio Tagliari Filho. Essas eleições foram bastante tumultuadas não só em Garibaldi, mas em todos os municípios vizinhos. A atuação de Paco, que aparece entre os nomes de grandes autoridades políticas da região, é evidenciada por quase todos os jornais da época:

O situacionismo daquela comuna sente fugir-lhe o terreno debaixo dos pés, porque o Partido Libertador, lá, é invencível. O situacionismo precisa de ‘fósforos’, sem o que a vitória seria de Peterlongo. Apela-se então, neste sentido, para o intendente dum município vizinho. ‘Patriota em extremo’ – este não hesita: reúne 20 ‘fósforos’ dentre estes o célebre Paco, e marcha para Garibaldi. Afigura-se-me, em minha imaginação, o bando de Lampeão (grifo meu). Essa incursão foi telegraficamente denunciada ao Partido Libertador da capital, por nosso amigo e correligionário Sr. Antônio Tagliari Filho, pelo que a polícia desta terra, 2 meses após, altas horas da noite, com Paco junto, tenta atraí-lo à janela de sua casa de residência para alvejá-lo. Não o conseguiu, mas arrombou-lhe a janela do escritório, à bala. E tudo ficou impune.³²

O único jornal a não publicar nenhuma notícia a respeito dos tumultos e fraudes ligados às eleições foi o jornal *A Federação*, que, pelo contrário, noticiava que:

– As eleições de Garibaldi – as eleições para a renovação do governo municipal correram em perfeita ordem. Foram eleitos o candidato à intendência, Dr. Manoel Parreira, republicano, candidato a Vice-Intendência e quatro conselheiros. É enorme o gozijo entre os republicanos deste município...³³

Na noite de 19 para 20 de março de 1929, Paco assalta a “Casa Comercial Périco Irmãos”, situada no município de Nova Roma.³⁴ Segundo dados do processo: “Francisco Sanches, vulgo ‘Paco’, arrombando uma janela da casa comercial de Périco Irmãos, e nesta penetrando, retirou as mercadorias constante do laudo pericial...”. As mercadorias roubadas eram peças de tecidos, dos mais variados, brim, casimira, flanela e seis pelegos e somavam um valor em torno de sete contos de réis que, na época era muito dinheiro, quase o valor de um lote colonial, que custava em torno de oito a nove contos de réis – dívida assumida pelos colonos para poder comprar seu lote de terra quando aqui chegaram e paga ao longo de muitos anos de trabalho. Paco, nessa ocasião, conta com a ajuda de um homem de nome Raphael, nome este denunciado por Victório Sanches, que foi seu cúmplice no assalto à Loja “A Independência”. Paco geralmente conseguia alguém que o ajudasse nos assaltos, mas essas pessoas variavam, muito ficando provada a inexistência de um bando que atuasse com ele. Seguem investigações policiais e, em 25 de março, passados apenas cinco dias do crime, o subdelegado de polícia de Nova Roma, Domingos Caou, declara que nada conseguiu descobrir.

Somente em meados de agosto, o Delegado de Polícia de Bento Gonçalves começa a esclarecer os fatos. Isto depois que, chefiados por Paco, um homem espanhol de nome Victório Sanches (mesmo sobrenome de Paco, mas sem nenhum parentesco), de residência incerta, mas morando há apenas três meses em Bento Gonçalves, na casa de uma amante, e um sírio chamado José Abraham, também residente em Bento Gonçalves, realizam assalto a outra casa comercial de maior porte localizada em Bento Gonçalves e chamada “A Independência”.³⁵ Esse delegado, no intuito de esclarecer o assalto à loja de Bento Gonçalves, sai em “diligência especial”, à Alfredo Chaves, e apreende na casa de Paco e de seu vizinho João Tieppo, as mercadorias roubadas tanto de uma quanto da outra loja assaltadas. Depois das confissões dos cúmplices de Paco e das provas materiais apreendidas em Alfredo Chaves, em 26 de agosto, Paco é indiciado pelos dois crimes, no entanto, o subdelegado de Nova Roma não dá andamento ao processo e nenhum mandado de prisão à Paco é expedido aí. Isto talvez se justifique pelo fato deste pedido ter sido feito pelo delegado de Bento Gonçalves. Mas mesmo assim há uma observação no processo, referente ao assalto à loja em Nova Roma, o que levanta uma dúvida quanto à idoneidade do delegado de Nova Roma e auxilia na hipótese de que Paco recebia proteção de autoridades:

Observo o sr. Dr. Juiz Districtal, digo, observo o Sr. escrivão pela demora injustificável na expedição do edital de citação para a phase pública, pois sendo-

lhe os autos entregues no dia 4 de agosto de 1929 (fl. 23) só expediu o edital de citação no dia 2 do mez de março do corrente anno, acarretando assim a grande demora verificada na formação de culpa.³⁶ [Datada em 15 de abril de 1930].

Somente em 26 de março de 1930, Paco é formalmente denunciado no processo em Nova Roma. E somente em janeiro 1932, quase um ano depois da morte de Paco, o processo é concluído.

O assalto à loja “A Independência”, ocorrido em Bento Gonçalves,³⁷ é bem mais vultuoso. Sendo também loja de tecidos e roupas, porém bem maior que a primeira, foi retirado de lá uma quantidade muito grande de tecidos finos como seda, cetim, lã, casimiras, tricolines, algodão e inclusive meias de seda e chapéus, perfazendo um total de 28 contos de réis. Segundo o relatório do processo, o fato se deu da seguinte maneira:

Em 8 de agosto, a meia noite mais ou menos, os indiciados Francisco Sanches Filho, Victório Sanches e José Abraham dirigiram-se a casa comercial ‘A Independência’, de propriedade de José Miguel, sita no Planalto, nesta villa: Lá chegados, Francisco Sanches e Victório Sanches, munidos de instrumentos que haviam trazido, lograram arrambar uma porta nos fundos do prédio alludido e penetraram no interior da casa. Dalli retiraram... grande quantidade de tecidos... Feito isso... collocaram-nas (as mercadorias) em fardos sobre os mueres que haviam trazido consigo e se dirigiram à casa da amásia de Francisco Sanches, em local próximo ao Passo do Rio das Antas, onde ocultaram os objetos roubados. No dia 12 de agosto, às 9 horas da noite, mais ou menos, Francisco Sanches sabendo que a polícia o perseguia, mudou as mercadorias roubadas do lugar em que se achavam para um morro situado no Passo do Rio das Antas, e nesse local foram ellas afinal aprehendidas. Para efetuar este transporte e ocultação das mercadorias, Francisco Sanches obteve o auxílio de seu compadre João Tieppo.³⁸

Paco foi denunciado pelo proprietário da loja, que achou vestígios das mercadorias roubadas no caminho que levava à casa de Paco. Este foi um dos mais famosos assaltos de Paco e, sem dúvida alguma, o de maior porte, pois o valor calculado em 28 contos de réis era altíssimo na época, e o valor das mercadorias posteriormente apreendidas não chegava a sete contos de réis. Percebe-se também neste trecho transcrito do processo, que Paco transfere a mercadoria roubada, depois que seus cúmplices são presos, da casa de sua amante em Bento Gonçalves, para Alfredo Chaves, num morro em frente a sua casa, local que ele considerava mais seguro. Isto nos parece um pouco estranho, pois o lugar mais óbvio para a polícia continuar as buscas seria a própria casa de Paco, tanto que assim o fizeram e lá acharam parte da mercadoria. Pode-se inferir, por isso, que Paco tinha confiança na proteção das autoridades de Alfredo Chaves, onde vivia e conhecia o delegado.

Nos depoimentos das testemunhas que seguem neste processo, fica claro que Paco já havia praticado outros roubos, e um deles, que ficou famoso

entre os moradores da região e foi citado várias vezes pelos meus informantes, também aparece nos autos deste processo: “[...] se verifica que o que falam nas fronteiras deste município com Alfredo Chaves é verdade, que Pacco depois de embriagar um colono polaco que ia para Santa Catarina comprar terras, roubou-lhe 8:000\$000.” (fl. 1 verso). Não há indícios de que esse crime tenha sido investigado e não foi encontrado nenhum processo referente a esse roubo, no entanto, as várias referências a ele feitas em jornais, processos e nas falas dos colonos, nos fazem concluir que deve ter havido, quem sabe, mais roubos que nem sequer foram denunciados.

A astúcia e inteligência de Paco são evidenciadas pela forma descrita pelo proprietário da loja “A Independência”, que desconfiou de uma visita de Paco a sua loja no dia anterior ao roubo. Ele relata que:

[...] suspeita que o autor deste roubo seja Francisco Sanches, conhecido por Pacco, porque este indivíduo esteve na casa do declarante na noite do roubo, e entrando para os fundos disfarçando que queria comprar um garafão deteve-se interessadamente para a porta que mais tarde foi arrombada, que Pacco fingindo querer comprar do queixoso, um corte de casemira, olhou demoradamente para as prateleiras que foram desfalcadas; que Pacco saiu da casa do queixoso já na hora regulamentar de fechar a casa, que Pacco assistiu os empregados a fechar as portas dos fundos e todas as janellas, retirando-se dizendo que allí voltava na manhã seguinte para negociar, o que não fez [...] (fl.1 verso).

Paco possuía uma casa em Bento e uma em Alfredo Chaves. João Tieppo, italiano, residente em Alfredo Chaves e também vizinho de Paco, declara que auxiliou a transportar e esconder a mercadoria roubada, por medo de Paco e justifica sua inocência: “[...] agiu forçado por Paco, de quem tem medo pois ‘é um governo’ e ameaçou-o de morte” (fl. 11 verso).

Percebe-se através dessa declaração a identificação do poder de Paco, bem representado por esta expressão “é um governo”. Qual autoridade é mais poderosa para um cidadão comum do que o governo? Fica evidente, aqui também pela declaração dos corrêus deste processo, a presença permanente do medo frente à figura de Paco. Ao mesmo tempo, é aqui que inicia o fim de sua vida de bandoleiro. Paco não comparece às audiências, pois não tem mais quem o defenda e as perseguições se acirram. Os colonos, então, não encontram outra saída a não ser dizer o que sabem de Paco e por que o ajudavam. O proprietário da loja roubada, em seu depoimento, diz que: “[...] muitas vezes o próprio José Abraham narrara ao depoente os roubos praticados por Paco...” (fl. 8).

A palavra medo aparece por diversas vezes neste e em outros processos contra Paco, sendo, portanto, um componente da realidade dos colonos nas relações com ele. Fica claro também a liderança de Paco nos assaltos em que esteve envolvido, Paco era dono das armas e dos instrumentos utilizados para arrombar as lojas. No depoimento de Victorio Sanches pode-se confirmar isto:

[...] levando um trado (espécie de furadeira), que Paco adquirira em Alfredo Chaves... fizeram com este instrumento, vários furos... uma vez dentro da loja, Paco acendeu uma lâmpada elétrica que trazia.... e levaram até os animais de Paco, uma mulla tordilha, e de José Abraham... Paco forneceu ao depoente um revólver, indo também armados Paco e José Abraham [...] (fl. 7).

Enquanto os coautores do roubo já estavam presos e sendo interrogados, Paco continuava tentando fugir das investidas cada vez mais acirradas da polícia: “Certifico que em virtude da precatória retro fui em diversos lugares para effectuar a prisão de Francisco Sanches e deixei de effectuar por não tel-o encontrado... Alfredo Chaves, 10 de setembro de 1929. José Gramella. Oficial de justiça” (fl. 10 verso).

O juiz distrital, na época, era o major José Batista da Silva Azevedo. Novamente, nos interrogatórios que seguem à defesa dos corrêus, traz à tona a questão do medo: “Si conhece Paco através do terror que procura inspirar a todos...?” (fl. 14), e em outra pergunta: “Si conhece Paco e se sabe ser homem violento? Resp. Que sim, que assim o conhece há muito tempo” (fl. 15).

A defesa tenta então centrar seus argumentos no medo que os coparticipantes do roubo tiveram de Paco, e, para uma testemunha que diz não ter medo de Paco, faz a seguinte pergunta: “Si o depoente depõe sob a influência de medo de Paco, visto ser público e notório ser ele um verdadeiro Bandoleiro? Resp. Que não tem medo de Paco, apesar de todo mundo agora falar mal dele.” (fl. 15 verso). Esse colono residia em Bento Gonçalves, era negociante e, portanto, devia conhecer bem a Paco. Sua afirmação: “todo mundo agora fala mal dele”, pode referir-se ao momento de perseguição policial ostensiva, consequência da brusca perda de proteção que Paco havia conquistado através de sua atuação política e que agora, com os acordos que começaram a acontecer entre os dois mais importantes partidos da época, desaparecera. Esse processo político desencadearia na Revolução de 30.

O interrogatório das testemunhas desse processo corria ao longo de meses e Paco, cada vez mais encurralado, ainda resistia. No dia 24 de setembro, há nova convocação para que ele compareça à justiça, sem resultados. Enquanto isso, seguiam os interrogatórios dos colonos da região. A história de Paco começa a ser revelada, e agora ressalta-se também o comportamento de Paco em relação às mulheres, tanto nos processos como nos jornais. No mesmo processo movido pelo roubo da loja “A Independência”, aparece claramente essa questão em um dos interrogatórios:

Se a testemunha ignora que Paco possui, além de sua família constituída, diversas concubinas locadas? Resp. Que assim lhe consta. Perg. Se não ouviu dizer que, o mesmo Paco mantém a casa destas concubinas abastecidas de víveres? Resp. Que assim ouviu dizer dos outros (fl 15 verso).

Através de uma testemunha da acusação, um motorista que participou da batida na casa de João Tieppo, compadre de Paco, onde estava escondida parte da mercadoria roubada, obtém-se o seguinte depoimento: “[...] quanto a Victório Sanches, ouviu dizer que é gatuno profissional e muitos acreditam ter sido ele quem desencaminhou Paco.”

Confirma-se aqui, mais uma vez, a posição ambígua que Paco ocupava na sociedade local. Na sequência, a esposa de José Abraham confirma que Paco exercia domínio sobre seu marido, ao responder à seguinte questão:

[...] Se José Abraham tinha medo de Paco? Resp. Que sim e que Paco se prevaleceu da ascendência que tinha sobre José Abraham, para aliciá-lo, para o roubo na casa de José Miguel. Perg. Se Paco não era o terror da Zona Colonial onde residia? Resp. Afirmativamente, que Paco era temido ao ponto de ninguém ousar queixar-se dos desmandos dele (fl. 16 verso).

Há de se considerar que os termos “o terror da zona colonial” e “um verdadeiro bandoleiro” são utilizados pela defesa dos coparticipantes do assalto, na tentativa de livrá-los da culpa atribuindo-a somente a Paco. Neste intuito, continuam na mesma linha os interrogatórios seguintes. Aqui responde o motorista, residente em Bento Gonçalves, que ajudou na diligência de resgate das mercadorias encontradas em Alfredo Chaves: “[...] A defesa pergunta si não sabe que Paco é violento e conhecido como o terror do lugar onde reside, resp. que sabe ser Paco valente e violento, e o povo no Rio das Antas tem medo d'elle.” (fl. 17). Novamente, os adjetivos utilizados pelos colonos e pelas autoridades são distintos. Enquanto o advogado o chama de “terror da região”, o colono entrevistado utiliza o termo “valente”, em primeiro lugar, e “violento” em segundo.

Foi por ordem vinda de Bento Gonçalves, que em 29 de agosto, Paco defronta-se com o subintendente e delegado de Polícia de Alfredo Chaves, Octacílio Vaz, que já havia sido seu cúmplice, e alguns praças da Brigada Militar. Durante o inquérito, as testemunhas declararam que Paco, através de seu amigo Antônio Balastrin, contratou um táxi para fugir à Sananduva. Paco e sua amante Amália Anderle, retirada da casa dos pais na noite anterior, foram interceptados pelo delegado. Quando já haviam andado 1 km, o carro é interceptado pela diligência policial e trava-se um tiroteio, o motorista, o amigo de Paco e a moça ferida fogem para dentro de uma casa nas proximidades. Paco mata o delegado e um policial e escapa, gravemente ferido, pelo mato adentro.³⁹ O motorista do táxi que conduzia Paco, em depoimento à polícia alegou que não sabia que estava levando Paco, pois seu passageiro estava todo coberto com uma capa preta alegando que estava doente, e a moça que fugia com Paco, quando questionada por que estava acompanhada de um homem procurado pela polícia, alegou que havia sido seduzida por ele.⁴⁰ O amigo que foi contratar o táxi também alega que não fez nenhum mal de “acobertar um criminoso”, pois sabendo que este ia fugir

e que seria por pouco tempo que ficaria em sua casa não se importou.⁴¹ Este crime tem grande repercussão, como era de se esperar, por tratar-se da morte de uma autoridade, e aparece em quase todos os jornais da época, redobrando-se as críticas em relação ao PRR que nada fazia para conter um ex-cabo eleitoral de seu partido.⁴²

No dia 25 de setembro de 1929, há uma “batida” policial composta de nove pessoas, entre policiais e civis, à casa de Olympia Fratini, amante de Paco, em Bento Gonçalves, onde Paco estava escondido.⁴³ Paco consegue fugir novamente e sua amante sai ferida do tiroteio com a polícia. Este processo, movido em função do ferimento causado à Olympia, é a comprovação de que as buscas a Paco estavam acirradas desde a morte do Delegado de Alfredo Chaves.

Depois disso, Paco refugia-se nas cavernas que existiam na região do Rio das Antas e só volta a aparecer em 1º de março de 1930. Conforme súmula do processo nº 385⁴⁴ de Bento Gonçalves:

No dia 1º de março, do corrente anno apesar da ordem de prisão contra si existente por seus continuados delitos, até hoje impunes, Paco surge destemidamente na sede do distrito de Nova Pompeia, neste município, ao ponto de entrar na bodega de Antônio Luzzato, ahi bebendo, descansadamente e - incrível verdade - ficar para pagar em outra ocasião por não ter troco o dono da casa. Sahido do botequim encontrou-se Paco com o ofendido e vítima João Nunes Valentini, que desassombadamente, para este elemento colonial, o interpela sobre promessas que Paco havia feito de lhe dar uma surra. Após rápida discussão, Paco alveja João Nunes com a espingarda que carregava, descarregando também os dois revólveres que trazia, enquanto Nunes defendia-se por sua vez a bala. Terminada a munição, empenha-se os contendores em luta corporal, usando então Paco de uma faca, com a qual produz em Nunes, de modo bárbaro, ferimentos mortaes (8 ferimentos): enquanto dezenas de colonos assistiam necia e cobardemente, em redor, o desenrolar do conflito. Retira-se após o criminoso, e não houve sequer um movimento de masculinidade e destemor por parte dos circunstantes, preferindo mandarem buscar uma escolta policial nesta villa, mas nunca saírem em perseguição de quem deveria estar ferido e incapaz assim do mínimo esforço de resistência [...] (fl. 1).

Este foi um crime de bastante repercussão, pois ocorreu em Nova Pompéia, em plena sede do 4º distrito de Bento Gonçalves. Neste local localizava-se também a casa de negócios Périco Irmãos, que Paco já havia roubado há quase um ano e, portanto, havia ali inimigos que aguardavam a primeira oportunidade para vingar-se. Mesmo assim, Paco vai até a vila, acompanhado pela família Beltrom, amigos espanhóis desde a época dos pais de Paco. Na vila, os comerciantes se protegem avisando uns aos outros da chegada de Paco.

A versão dos colonos entrevistados é de que Luiz Nunes Valentim, brasileiro, comerciante, possivelmente mascate, de 22 anos conhecido como valente, havia sido contratado pelos irmãos Périco para matar Paco, apesar da versão de Josué Périco ser diferente nos autos do processo.

[...] pelas 12 e meia horas mais ou menos, do dia primeiro de março último se achava em sua casa...e ali chegou João Nunes Valentini que lhe comunicou achar-se Paco na sede e que estava disposto a ter com ele; que recomendou a Nunes que tivesse muita prudência e calma e mesmo não julgava conveniente que procurasse o Paco; que Nunes respondeu-lhe que precisava algumas explicações do Paco por este andar dizendo que havia de aplicar-lhe uma boa surra, que Nunes após ter comprado 10 balas de revólver retirou-se; que no começar o tiroteio o declarante achava-se em seu quarto e munindo-se de uma espingarda correu para o lugar do conflicto encontrando João Nunes caído, que perseguiu o criminoso o qual já havia tomado regular distância; que achando-se sozinho julgou opportuno voltar, o que fez, que ao regressar a sede verberou publicamente àquelles que protegiam o Paco e que Manoel Beltom então gritou que sempre protegeu o Paco e que continuaria a protegê-lo; que o delcarante ouviu dizer que Paco tinha vindo para a sede em companhia de Manoel Beltrom e Manoel Beltom Filho (fl. 7).

Pai e filho negaram a acusação e declararam que, quanto ao conflito, ignoravam a sua causa (fl.8). Este era um dia de eleições e Paco sabia que o movimento na vila seria grande. Em outras ocasiões, como nas eleições de 1928, Paco participara ativamente do pleito não só votando, mas trazendo consigo colonos votantes. Talvez por isso tenha escolhido este dia para aparecer e mostrar a todos que ainda estava vivo e tinha poder. No depoimento de uma das testemunhas pode-se perceber isso: Paco tinha “uma espingarda de caça e dois revólveres na cintura... pagou duas cervejas com uma nota de 200 mil réis (o bodegueiro não aceitou, pois não tinha troco)” (fl.6).

Ao mesmo tempo, o subdelegado e subintendente do 4º distrito estava ocupado com os trabalhos eleitorais e só depois que o tiroteio aconteceu é que soube e mandou uma “diligência policial” atrás de Paco: “Ao mesmo tempo enviei uma escolta composta de praças da brigada do contingente aqui destacado, em perseguição do criminoso para capturá-lo, o que infelizmente e mais uma vez não surtiu efeito” (fl. 6). E mais “Esta delegacia tem organizado inúmeras diligências com praças e civis para o fim de capturar o criminoso...” (fl.8). Assina o subdelegado de polícia de Bento Gonçalves.

Contam os colonos entrevistados que Paco foi ajudado inclusive na hora da briga com Nunes. Depois dos dois descarregarem suas armas, alguém gritou a Paco que ele ainda podia usar sua faca e foi aí que Paco desferiu oito golpes em Nunes e terminou com a vida de mais um homem que tentou capturá-lo. Este fato é descrito por vários dos entrevistados. Um deles conta que:

[...] brigaram lá no Rio das Antas, então dalí tinha lá um negro, que tinha uma cachorra meio grande, mas quando que ela o Paco tentou matar, era braba, mas depois não sei , se achavam os dois, de faca, de revólver, então né, eles começaram a atirar ...não se acertaram... aí se agarraram com a faca, mas o Paco já tava quase apanhando. O compadre dele, do Paco (gritou): ‘O compadre, tira a faca da bainha!’, tirou a faca, mataram o negro.⁴⁵

Outro informante de Nova Roma conta a história um pouco diferente:

[...] e aconteceu de outro ter oferta que quem pegasse ele vivo ganhava tanto, outro se ofereceu, porque aquele tempo era um dinheirão, há 50 e tantos anos. Dizem que era um possentão, o João Nunes, disse que se deram descarga de revólver lá e de repente se deram luta corporal e o Nunes venceu o Paco na luta corporal e diz assim, gritou: ‘Compadre a faquita’. E o outro lembrou-se da faca numa hora dessa e cravou no peito do Nunes.⁴⁶

Temos ainda a descrição deste mesmo caso em um romance escrito por um morador da cidade de Veranópolis, de uma família importante que na época era proprietária de uma venda onde passavam muitos tropeiros e comerciantes. Uma das aventuras que o tornou conhecido conta o autor, foi quando enfrentou e derrotou “um certo cão (...) aliado a seu dono, um nego tição manco.” (Farina, 1988:32). Este, fazia muito tempo, assustava as famílias da redondeza. Reconhecido por sua coragem e audácia, Tato (pseudônimo dado a Paco no livro), começa a ser admirado.⁴⁷

Esse fato ficou também bastante presente na memória da população local e em várias entrevistas, foi cantada uma música que Paco teria feito após o ocorrido. Essa é uma das versões dadas por seu filho: “No dia 1º de março, Eu fui a uma eleição, Encontrei um negrinho que queria ser valentão, Então ele me viu, Já se lançou dando tiro. Com a minha faca na mão, Daí eu larguei com uma faca no coração”.⁴⁸

Nos jornais, a notícia desse crime também teve destaque:

Bento Gonçalves. O bandido ‘Paco’ cometeu um novo assassinio, conseguindo escapar. Francisco Sanches vulgo Paco, célebre bandido que outrora esteve, como capanga, a serviço das autoridades deste e dos municípios vizinhos e cujas façanhas foram divulgadas pela imprensa, assaltou ontem o quarto distrito, por ocasião das eleições. O conceituado moço João Nunes, o único homem que o enfrentou, saiu gravemente ferido, vindo a falecer esta madrugada. Hoje seguiu algumas praças no encalço do perigoso assassino.⁴⁹

Esse foi o último crime que se tem notícia de que Paco teria cometido. Depois disso, Paco ficou escondido por quase um ano, acreditando talvez que seria esquecido. No ano de 1931, mais especificamente em 20 de fevereiro deste ano, as autoridades, pressionadas pela opinião pública e informadas pelos jornais de que Paco estava novamente vivendo em casa com sua esposa e filhos, convidam-no a participar de uma reunião que se realizaria na capela da localidade. A reunião trataria de solucionar uma desavença entre os colonos em relação a professora da escola local. Alguns queriam que ela saísse da escola, outros que ela permanecesse. Paco era a favor da professora e foi convidado a participar da reunião. Acompanhado de seus filhos foi até a igreja, local onde estavam

reunidos os colonos e lá chegando, armado como sempre, houve a votação e a decisão foi de que a professora permaneceria. Na volta, quando Paco dirigia-se a pé para sua casa, foi atingido por muitos tiros, mais de duzentos segundo relatos de meus informantes, e morreu ali mesmo, na estrada. A notícia da morte de Paco desencadeou extensas matérias em quase todos os jornais da época, contando detalhes de sua vida e aventuras.⁵⁰

CONCLUSÃO

Como primeiro elemento das relações Paco/camponeses/poder local, identificamos o estranhamento ocorrido entre a população da comunidade camponesa local e Paco. Ressaltam-se seus diferentes atributos, tais como, o fato de ser descendente de uma família espanhola, enquanto a maioria era de italianos, de falar várias línguas, de ser valente, violento, irreverente, aventureiro, conquistador, bom atirador, esperto, belo, forte e rico. Outro elemento que surge da análise, e entra em contraposição ao primeiro, é o da identificação, que se dava pelas relações de trabalho, relações familiares e religiosas de Paco com a sua comunidade de origem. O poder de Paco aparece então como o terceiro elemento a ser analisado. Ele baseia-se na posição de ambiguidade que Paco assume: a troca de favores entre ele e sua comunidade de origem, as relações de liderança, a impunidade, a submissão, o medo e o respeito dos colonos frente a sua figura, vão desencadear no recrutamento de Paco como força política a favor do estado. Os colonos italianos, distanciados da sociedade brasileira, não apenas pela diferença da língua que falavam, mas também pelo isolamento da região em que viviam em relação aos centros mais urbanizados, permanecem à margem da estrutura política e econômica da época. Aproveitavam, por isso, a desenvoltura de Paco para relacionar-se com a sociedade externa. Estreitando suas relações com as autoridades locais, Paco amplia seu poder e, protegido pela impunidade do sistema, reverte-o. Isso ficou evidenciado com uma série de assaltos e crimes cometidos por ele. No contexto político da época, era prática do PRR aproveitar-se de valentões para cooptar o apoio eleitoral da população. Posteriormente, quando as forças políticas se modificaram e o bandido já não era útil ao partido, passou a ser encarado como inimigo e como um “fora-da-lei”.

Importa ainda perceber a relevância da imagem de Paco, enquanto elemento constitutivo do bandido social. Para tanto, o material analisado, tanto documental quanto de história oral, traz exemplos significativos. A sobrevivência heroica no mato; as explicações de sua fama; a foto de Paco, que a maioria dos entrevistados possuía; os versos e cantigas, que ainda sabem cantar; as comparações com lampião, e a morte trágica de Paco, compõem este universo mitológico da construção do bandido social.

O último elemento a que me refiro na análise é encontrado na amplificação do mito. Este ocorre através da existência de histórias fantásticas e misteriosas, contadas em toda a região, envolvendo a vida de Paco; através das visitas que a população local ainda realiza às tocas e cavernas em que ele viveu, quando estava sendo perseguido pela polícia; e do medo que paira no ar até hoje, quando o assunto refere-se a Paco.

A reconstrução sociológica de tais especificidades, feita a partir da valorização da memória da população colonial italiana descendente daquela que conviveu com Paco, oportunizou compreender a formação do mito. Percebemos, na reconstrução histórica realizada, as ações que alimentaram seu papel de herói.

Concluindo, digo que o surgimento de Paco enquanto bandido social é explicado não apenas pela sua ligação com o poder local, mas também, e principalmente, pela relação específica que ele manteve com a comunidade camponesa de origem. Essa relação é permeada pelas representações coletivas, valorizadas pelos componentes míticos na propagação do fenômeno Paco. A força do conceito está, portanto, na relação do bandido com a comunidade camponesa, pois é esta que cria, celebra e destrói Paco. Nesse processo, é interessante perceber como Paco foi absorvido e transformado pela consciência coletiva, tipificando-o como um verdadeiro bandido social.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil: a revolta dos "Mucker"*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- AZEVEDO, Thales. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana na Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança dos velhos*. São Paulo: Quatro, 1983.
- BLOCK, Anton. *The Peasant and the Brigand: Social Banditry Reconsidered*. Cambridge: The University of Cambridge Press, 1972. v. 14.
- CHANDLER, Billy Jaynes. Dos bandidos e sua significação social: Um ensaio transcultural. *Rev. de Ciências Sociais*, Fortaleza, v.14/15, nº 1/2, p. 65-82, 1983/1984.
- CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião, o rei dos cangaceiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1980.
- CORREA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*. Tese de Doutorado. São Paulo, 1981.
- CRUZ, Rafael de La. Os novos movimentos sociais: encontros e desencontros com a democracia. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Orgs). *Uma*

- revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 86 a 101.
- DAMIANAKOS, Stathis. Banditisme et imaginaire pastoral en Grèce. *Etudes rurales*, 97-98, p. 219-240, janv-juin, 1985.
- DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- FARINA, Remo R. *Tato Gomes: Herói de palha*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1988.
- FERRI, Gino. *Os monges do pinheirinho*. Encantado: Gráfica Encantado, 1975.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GODELIER, Maurice. Antropologia/Org. da coletânea: Edgar de Assis Carvalho. São Paulo: Ática, 1981. *Grandes Cientistas Sociais*, 21.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- HOBSBAWM, Eric J. *Bandidos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
- HOBSBAWM, Eric J. *Rebeldes primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- JELIN, Elizabeth et al. *Un estilo de trabajo: La investigacion microsocia*. Belo Horizonte: CEDES, 1982.
- JOSEPH, Gilbert M. On the trail of Latin American Bandits: A reexamination of Peasant Resistance. *Latin American Research Review*, v. 25, nº 3, p. 7-53, 1990.
- JOSEPH, Gilbert M. Resocializing Latin American banditry: a reply. *Latin American Research Review*, v. 26, nº 1, p. 161-174, 1991.
- KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: terra e poder – História da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século: Um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- PEREIRA, André Luis; WAGNER, Carlos Alberto. *Monges barbudos e o massacre do Fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- PESAVENTO, Sandra. O imigrante na política riograndense. In: DACANAL, José H. (Org.). *RS: Imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PESAVENTO, Sandra. *RS: Agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- PINTO, Celi Regina. *O Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: A guerra sertaneja de Contestado: 1912/1916*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Orgs). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SLATTA, Richard W. Bandits and Rural Social History: A comment on Joseph. *Latin American Research Review*, v. 26, nº 1, p. 145-150, 1991.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Os colonos do vinho*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1984.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1985.

VANDERWOOD, Paul J. *Bandits in 19th century Latin America: An introduction to the theme*. Biblioteca Americana, I:2, 1982.

WIESEBRON, Marianne L. Two Portuguese Bandits: José do Telhado and João Brandão. *Portuguese Studies*, Modern Humanities Research Association by W. S. Maney & Son LTD., v. 10, 1994.

NOTAS

* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹ Arquivo Público do Estado, Processo Crime nº 322, fl. 5.

² Cadernos de Registros nº 2, 1892, p. 33 e Registros de Contracto nº 2, 1898, p. 1.

³ Arquivo Público de Bento Gonçalves: Registros de Dados Históricos e Estatísticos do Município. 20 de dezembro de 1907, p. 10 e 11.

⁴ Nona Manoela, entrevista realizada em Veranópolis, em junho de 1990.

⁵ Arquivo Público de Bento Gonçalves: Registro de Dados Históricos e Estatísticos do Município. 31 de dezembro de 1910, p. 12.

⁶ Museu Hipólito José da Costa. Jornal Correio do Povo, 6 de março de 1931, p 2.

⁷ Entrevista nº 5 realizada em Veranópolis, Linha Parreira Horta em 1988, a um neto de um compadre de Paco, o avô foi preso no ano de 1929, por ter ajudado Paco a esconder mercadoria roubada.

⁸ Arquivo Público de Porto Alegre, Processo Crime nº 322, M 12, E 38e/c, ano de 1912.

⁹ Arquivo Público de Porto Alegre, Processo Crime nº 334, M 14, E38e/c, ano de 1921, fl 35.

¹⁰ Arquivo Histórico de Porto Alegre. Polícia: Documentação avulsa, Delegacia de Polícia, Bento Gonçalves, Correspondência expedida número 29, 1914, M 2.

¹¹ Arquivo Histórico de Porto Alegre. Polícia: Documentação Avulsa. Delegacia de Polícia de Bento Gonçalves, M 2, Correspondência Expedida nº 30, 1914.

¹² Frederico, entrevista realizada em Bento Gonçalves, em janeiro de 1991.

- ¹³ Arquivo Histórico de Porto Alegre. Polícia: Documentação avulsa. Delegacia de Polícia de Bento Gonçalves, Correspondência expedida nº 32, M 2, 1914.
- ¹⁴ Farina, Geraldo. História de Veranópolis, 1888-1992. Prefeitura Municipal de Veranópolis, SMEC, 1992, p. 80.
- ¹⁵ Arquivo Histórico de Porto Alegre. Polícia: Documentação Avulsa. Delegacia de Polícia de Bento Gonçalves, M 2, Correspondência Expedida número 29, de 1914.
- ¹⁶ Arquivo Público do Estado, Processo Crime nº 334, M 14, E 38e/c, fl. 17.
- ¹⁷ Arquivo Público do Estado, Processo Crime nº 334, M 14, E 38e/c.
- ¹⁸ Idem, fl. 39.
- ¹⁹ Arquivo Público do Estado, Processo Crime nº 334, M 14, E 38e/c, fl. 54.
- ²⁰ Museu Hipólito José da Costa. Jornal “O Estado do Rio Grande”. 7 de março de 1930, p. 5-6.
- ²¹ Arquivo Público do Estado. Processo Crime nº 648, M 24, E 38e/c.
- ²² Arquivo Público do Estado. Processo Crime nº 337, M 14, E 38
- ²³ Arquivo Público do Estado. Processo Crime nº 648, M 24, E 38e/c, fl. 55.
- ²⁴ Idem, fl. 64.
- ²⁵ Arquivo Público do Estado. Processo Crime nº 337, M 14, E 38.
- ²⁶ Idem, fl. 24 verso.
- ²⁷ Arquivo Público do Estado. Processo Crime nº 648, M 24, E 38e/c. fl. 16.
- ²⁸ Arquivo Público do Estado. Processo Crime nº 337, M 14, E 38, fl.28 verso.
- ²⁹ Arquivo Público do Estado. Processo Crime nº 648, M 24 E 38, fl.36 verso e 37.
- ³⁰ Arquivo Público do Estado. Processo Crime nº 648, M 24 E 38, fl.36 verso e 37.
- ³¹ Arquivo Público do Estado. Processo nº 648, M 24, E. 38, fl. 68 verso.
- ³² Museu Hipólito José da Costa. Jornal “Estado do Rio Grande”, 7 de março de 1930. Esta notícia não foi publicada na época, mas só mais de um ano depois. Isto porque este jornal de oposição só foi criado em 14 de outubro de 1929.
- ³³ Arquivo da Zero-Hora. Jornal “A Federação”, órgão do Partido Republicano Riograndense, 14 de janeiro de 1929.
- ³⁴ Arquivo Público do Estado. Processo Crime nº 450, M 12, E 38.
- ³⁵ Arquivo Público do Estado. Processo nº 828, M 23, E 48 e/c.
- ³⁶ Arquivo Público do Estado. Processo nº 450, M 12, E 38, fl. 28.
- ³⁷ Idem, nota nº 1.
- ³⁸ Arquivo Publico do Estado. Processo crime nº 828, M 23, E 48e/c, fl.1 TRASLADO.

³⁹ Arquivo Público do Estado. Processo Crime nº 335, M 14, E 38 e/c. E Processo Crime nº 338, M 14, E 38 e/c.

⁴⁰ Arquivo Público do Estado. Processo Crime nº 335, M 14, E 38e/c. fl 17.

⁴¹ Idem, fl. 16.

⁴² Museu Hipólito José da Costa. Jornais: Correio do Povo, 4 de setembro de 1929; Diário de Notícias, 4 de setembro de 1929. Posteriormente à morte de Paco, o Jornal da Manhã de 24 de fevereiro de 1931 e o Estado do Rio Grande de 24 e 27 de fevereiro de 1931, também falarão sobre a morte do Delegado.

⁴³ Arquivo Público do Estado, Processo Crime nº 384, M 10, E 92 e/c.

⁴⁴ Arquivo Público do Estado, Processo Crime nº 385, M 10, E 92 e/c.

⁴⁵ Entrevista nº 19, realizada em Nova Treviso, no município de Antônio Prado em janeiro de 1990.

⁴⁶ Entrevista nº 14, realizada em Nova Roma do Sul, ex distrito de Antônio Prado em janeiro de 1990.

⁴⁷ Farina, Remo R. *Tato Gomes: Herói de palha*. Ed. Martins Livreiro, Porto Alegre, 1988.

⁴⁸ Entrevista nº 35 à um dos filhos de Paco, realizada no município de Bento Gonçalves em janeiro de 1991.

⁴⁹ Museu Hipólito José da Costa. Jornal Estado de São Paulo, 5 de março de 1930.

⁵⁰ Museu Hipólito José da Costa. Jornais: Correio do Povo, de 21 de fevereiro de 1931 e 6 de março de 1931, Estado do Rio Grande de 24 e 27 de fevereiro de 1931, Jornal da Manhã de 24 de fevereiro de 1931, Diário de Notícias de 28 de fevereiro de 1931 e a Revista do Globo, nº 8, Ano III de 1931.